

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO

Prefeitura de Rio Largo



Rio Largo: 70 mil habitantes, R\$ 90 milhões em emendas

Rio Largo, o novo centro do escândalo do orçamento

O município de Rio Largo fica a 27 quilômetros de Maceió, a capital de Alagoas. Tem pouco mais de 70 mil habitantes. Para além do fato de ser a sede do Aeroporto Zumbi dos Palmares, recebeu, em apenas três anos, entre 2019 e 2022, mais de R\$ 90 milhões de recursos de emendas orçamentárias do que na época era chamado de orçamento secreto. Desse valor, cerca de R\$ 19 milhões teriam sido indicados diretamente pelo ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL). É um volume impressionante de recursos orçamentários para um município tão pequeno. O que fez de Rio Largo o centro das investigações da Polícia Federal determinadas na semana passada por Flávio Dino, do STF.

Serra Dourada

O foco em Rio Largo lembra muito o começo do esquema dos Anões do Orçamento no início dos anos 1990. Da mesma forma como agora, tudo começou com as suspeitas que envolviam o grande volume de recursos que o então relator do orçamento, o então deputado João Alves (PFL-BA), destinou a um pequeno município da sua base eleitoral, Serra Dourada.

Reprodução



João Alves caiu por propina com recibo

João Alves e a corrupção com recibo

A destinação milionária à época era para a construção de uma área residencial. Apesar de uma enorme verba já ter sido repassada, a maioria das casas ainda não tinha infraestrutura. Nem teto muitas delas tinham. Na época, tudo isso foi investigado pelo titular deste Correio Político e por Denise Rothenburg no jornal O Globo. Denise foi a Serra Dourada. E o então prefeito a surpreendeu abrindo uma gaveta e tirando uma série de recibos em nome dos vereadores da cidade: “Pagamento que me é feito em troca do apoio ao deputado João Alves”.

Alves foi destituído

A imagem do recibo foi parar na capa do jornal. E tornou-se impossível conter o escândalo. João Alves foi destituído da relatoria do orçamento, que passou a ser exercida pelo próprio líder então do PFL, Ricardo Fiúza (PE). Era o início de um escândalo que acabou culminando com o assassinato, em 1993, de Elizabeth Lofrano, morta por seu marido, José Carlos Alves dos Santos.

José Carlos

José Carlos era o principal assessor da Comissão de Orçamento à época. E teria assassinado sua esposa porque ela ameaçava contar o que sabia sobre o esquema. Agora, de novo há uma pequena cidade reduto eleitoral de uma alta autoridade da Câmara. De novo, há agora uma assessora como alvo de investigações.

Glauber

De acordo com a Petição 14.949, de Flávio Dino, que embasou a operação, foram ouvidos alguns parlamentares. Inclusive o deputado Glauber Braga (Psol-RJ), que teve seu mandato suspenso por seis meses na semana passada. Glauber afirma que Lira era quem mais pressionava pela cassação do mandato.

Depoimentos

Além de Glauber, foram ouvidos os deputados José Rocha (União Brasil-BA), Adriana Ventura (Novo-SP), Fernando Marangoni (União Brasil-SP), Dr. Franciso (PT-PI), o senador Cleitinho (Republicanos-MG) e uma servidora da Câmara dos Deputados, Elza Carneiro. Os depoimentos são reproduzidos na petição de Dino.

Dinheiro vivo

No caso de Rio Largo, as investigações mostraram que saques abaixo de R\$ 50 mil eram feitos. Esse limite fazia com que os saques não entrassem na mira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Os valores, em dinheiro vivo, eram repassados, diz a investigação, “em um beco” pelo ex-prefeito Gilberto Gonçalves.

Municípios

Além de Rio Largo, há outros municípios alagoanos que são citados na petição de Flávio Dino: Barra de São Miguel, Maragogi, Feliz do Deserto, Novo Lima e Junqueira. As destinações, não somente para Alagoas e para esses municípios, seriam definidas na tal “Salinha do Orçamento”, que foi alvo da operação.

Negativa

A nota divulgada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), procura negar todas as suspeitas. Afirma que nada de irregular haveria no que está na petição de Flávio Dino. De qualquer modo, como aconteceu há pouco mais de 30 anos, um novo escândalo parece vir à tona.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Motta pressionado a definir destinos de Eduardo e Ramagem

Renúncia de Zambelli acelera novas decisões

Cresce pressão por cassação de Ramagem e Eduardo Bolsonaro

Por Beatriz Matos

A Câmara dos Deputados atravessa, nesta semana, um dos momentos mais delicados do atual mandato legislativo, com o avanço simultâneo de processos que colocam em xeque o futuro político de três parlamentares ligados ao bolsonarismo: Carla Zambelli (PL-SP), Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ). O cenário ganhou novo contorno após a renúncia de Zambelli, anunciada no domingo (14), às vésperas da análise dos outros dois casos.

Zambelli deixou o mandato após ser condenada pelo Supremo Tribunal Federal, decisão que resultou na suspensão de seus direitos políticos e inelegibilidade. A renúncia ocorreu antes que a Câmara deliberasse formalmente sobre a perda do mandato, encerrando o processo político no Legislativo, mas sem qualquer efeito sobre a condenação judicial. Na prática, Zambelli deixa a Câmara, mas segue impedida de disputar eleições e sujeita às demais consequências legais impostas pelo STF.

O Partido Liberal (PL) afirmou que a decisão foi estratégica. Nos bastidores, parlamentares avaliam que a renúncia antecipou um desfecho desfavorável e buscou reduzir o impacto político de uma cassação formal, além de evitar que uma nova decisão da Câmara fosse anulada pelo Su-

premo, aprofundando o desgaste institucional.

Segundo o cientista político Jackson De Toni, professor do Ibmecc Brasília, a renúncia resulta de uma convergência de fatores pessoais e institucionais. Do ponto de vista individual, a estratégia teria como objetivo fortalecer a defesa de Zambelli no exterior. “A avaliação é que se apresentar à Justiça italiana como uma política que renunciou sob protesto reforça a narrativa de perseguição política, diferenciando-a de uma parlamentar cassada por crimes comuns”, afirma.

Pressa

Embora tenha reduzido a tensão imediata entre Legislativo e Judiciário, a saída de Zambelli inaugurou um ambiente de pragmatismo e pressa dentro da Câmara. Lideranças partidárias avaliam que a manutenção de processos de cassação em aberto amplia o desgaste político e contamina a agenda legislativa, sobretudo às vésperas do ano eleitoral de 2026.

“A ordem agora é resolver rapidamente os casos pendentes”, afirma De Toni. “O objetivo é limpar a pauta das cassações para evitar que o tema domine o debate político e comprometa a articulação do Congresso no próximo período.”

É nesse contexto que avançam os casos de Eduardo Bolsonaro e Alexandre Ramagem.